

AUTISMOS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Autisms in a Historical-Cultural Perspective

Joanna de Paoli ¹

 <https://orcid.org/0000-0003-1250-5973>

Patrícia Fernandes Lootens Machado ²

 <https://orcid.org/0000-0003-0219-1472>

534

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi situar o autismo nas múltiplas contradições históricas e estabelecer mediações, a fim de compreendê-lo, além de sua aparência. Para tanto, investigamos como surgiu a expressão autismo e os principais representantes dos estudos do autismo até os desdobramentos diagnósticos na contemporaneidade. Analisamos as contribuições expostas sob o prisma da perspectiva Histórico-Cultural, que nos fornece instrumentos para compreender o desenvolvimento atípico, como um modo singular de existência em suas múltiplas determinações. A história do conceito do autismo impacta a dinâmica social, em que se constitui a biografia de transformação de cada sujeito com autismo. Concluímos que uma emancipação humana somente logrará êxito, quando pessoas com deficiência e sem deficiência, autistas e não autistas estiverem envolvidas nas mobilizações amplas de expressões da diversidade, com objetivos a transformações sociais.

Palavras-chave: Autismo. Deficiência. Perspectiva Histórico-Cultural. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The goal of this research was to place autism in the multiple historical contradictions and establish mediation to understand it, in addition to its appearance. To this end, we investigated how autism expression and the main representatives of autism studies appeared until the diagnostic developments in contemporary times. We analyze the contributions presented in the Historical-Cultural perspective, which provides us with tools to understand atypical development, as a singular way of existence in its multiple determination. The history of the autism concept impacts the social dynamics, in which constitutes the transformation biography of each person with autism. We conclude that a human emancipation will succeed only when disabled and non-disabled, autistic and

¹ Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade de Brasília (PPGEduC-UnB). Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). joannadepaoli@gmail.com

² Instituto de Química da Universidade de Brasília (IQ-UnB). Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências da Universidade de Brasília (PPGEduC-UnB). plootens@unb.br

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol.22, n. 31, p.534-565, jan/dez 2022.

non-autistic people are involved in the broad mobilizations of expressions of diversity, with the goal for social transformations.

Keywords: Autism. Disability. Historical-Cultural Perspective. Social Movements.

Introdução

Sobre a expressão autismo e, as pessoas diagnosticadas com essa terminologia, emergem opiniões contrárias, tanto do senso comum, quanto do meio acadêmico. Algumas concepções que permeiam os discursos consideram esses sujeitos como aqueles que podem: se isolar, não obstante compartilhem o mesmo mundo; protagonizar carreiras bem-sucedidas, enquanto outros dependem de apoio substancial; parecer não ouvir, todavia alguns captam detalhes sutis à distância; aparentar desatenção e desinteresse, entretanto podem apresentar hiperfoco. Ademais, cotidianamente, afirma-se que alguns não toleram emissões sensoriais e aprendem sozinhos, mesmo que independente da concepção, sabemos da essencialidade das relações sociais e sensoriais para o aprendizado e desenvolvimento. Para transpor a aparência do fenômeno e aprofundar sua essência, urge conhecer este autismo histórico, plural e contraditório, as nuances da neurodiversidade.

535

Para este artigo, nos concentraremos na complexidade histórica do diagnóstico de autismo, e a forma como os sujeitos têm sido caracterizados na sociedade. Assim, esta pesquisa de cunho teórica estruturou-se com o objetivo de conhecer o autismo em suas contradições históricas, e estabelecer mediações à luz da perspectiva histórico-cultural, a fim de compreendê-lo além de sua aparência. Para tanto, pesquisamos como se constituiu o conceito de autismo historicamente, e qual o seu desdobramento na contemporaneidade.

Desde os primórdios do diagnóstico de Leo Kanner e Hans Asperger, o autismo tem sido foco de discussões nos aspectos nosológicos, fenomenológicos, etiológicos, educativos, terapêuticos e familiares. Em todos os elementos que circunscrevem o assunto, os discursos de déficit foram preponderantes em sua caracterização. Os sujeitos foram apresentados à sociedade, em contradição fundamental com o pressuposto de uma natureza humana predisposta à socialização, a ponto de realizarem comparações com os símios, como em Michael Tomasello (2003). Também os descreveram com uma redução, ou incapacidade neurocognitiva de compreensão da mente das demais pessoas e de ser empático, em analogia a um cérebro com exacerbação de traços masculinos

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol.22, n. 31, p.534-565, jan/dez 2022.

de condutas, como em Simon Baron-Cohen *et al.* (2009). Essas e outras narrativas depreciativas, e diálogos limitados com a comunidade, conduziram a proposições tácitas de que sujeitos no espectro do autismo carecem de elementos fundamentais dos humanos, desumanizando-os (BOTTEMA-BEUTEL *et al.*, 2020).

Atualmente, a última versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), da American Psychiatric Association (2014), define o *Transtorno do Espectro Autista (TEA)* como um Transtorno do Neurodesenvolvimento. Considerando que desde a infância autistas³ apresentam indispensavelmente a tríade: (a) déficits na socialização e comunicação social, somando-se aos (b) comportamentos estereotipados. Ainda que essas orientações diagnósticas enfatizem o autismo como um espectro, encontram-se referências homogeneizadoras e deterministas sobre a vida destes sujeitos.

Até o momento, nenhuma teoria explica o autismo inteiramente, mesmo pesquisas extensas indicam, no máximo, contribuições de fatores genéticos. As interrupções no desenvolvimento, sejam endógenas e/ou exógenas, envolvem afastamentos das relações sociais – a essência da apropriação cultural – e marcam contradições. Na medida em que se opõem, também se impregnam mutuamente, desdobrando-se em seus respectivos modos de desenvolvimentos, qualitativamente singulares. A dialética do movimento da contradição, como qualquer luta dos contrários, requer superação; no caso, a formulação de vias que permitam a máxima expressão do desenvolvimento.

Guita Vigodskaya, filha de Lev Semionovitch Vigotski, relatou que desde a década de 1920, seu pai já descrevia a deficiência em uma perspectiva social. Considerou que as interrupções biológicas não eram o único motivo de impedimento de interações com o mundo, mas seus (des)encontros com as relações sociais. Para ele, quanto mais desfavoráveis as condições sociais, maior será o deslocamento e as consequências aos sujeitos. Defendeu que qualquer criança, com ou sem deficiência, é, antes de tudo, uma criança; e seu caminho de desenvolvimento envolve oportunidades de uma vida social (VYGODSKAYA, 2022).

Assim como pessoas com deficiência, sujeitos sob a égide do diagnóstico autista têm se posicionado contrários à patologização de suas condutas e discriminações (KAPP *et al.*, 2013). Unimo-nos a defesa de que a concepção de autismo, tanto pode estigmatizar, como criar novas

³ Para este artigo, alternamos as nomenclaturas *pessoas com autismo* e *autistas*. Tanto para contemplar orientações das legislações resultantes de anos de luta dos movimentos com deficiência que utilizam *pessoa com (deficiência, autismo)*. Quanto para respeitar os movimentos atuais em que seus protagonistas preferem ser chamados de *autistas*.

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol.22, n. 31, p.534-565, jan/dez 2022.

formas de agir e se relacionar construtivamente. Nesse sentido, faremos uma investigação delineada pela pesquisa bibliográfica para análise teórica do autismo em sua dinâmica conceitual histórica, sob o prisma dos pressupostos de desenvolvimento humano da perspectiva histórico-cultural, protagonizada por Vigotski e demais estudiosos.

Só é possível compreender o autismo quando entendemos suas múltiplas determinações, relacionadas com parte dos processos históricos constituintes da totalidade.

A deficiência pelas lentes da teoria histórico-cultural (THC)

Alguns elementos gerais permitem compreender as pessoas com autismo pela THC, destacamos: a orientação biológica como base da qual se parte, considerando, entretanto, a plasticidade do corpo imbricado às relações histórico-culturais; a metamorfose das funções psíquicas naturais em funções psíquicas culturais (superiores), por meio da intervenção histórico-cultural, pela significação do mundo pelo outro; o aprendizado dos conceitos (signos) no entendimento dos fenômenos e de si; a mediação com instrumentos materiais e simbólicos no movimento dialético de relações humanas e formação psíquica cultural ao longo da periodização, e da situação social de desenvolvimento; a criação de novas ferramentas e estratégias para favorecer outros caminhos de aprendizado, indiretos; as condições sociais para a formação de novas zonas de desenvolvimento proximal e compensações; a importância das experiências coletivas diversificadas, que conduzem ao desenvolvimento de uma personalidade integral em sua unidade afeto-intelecto. Para este artigo, nos concentramos nas contribuições da teoria para o entendimento do desenvolvimento atípico.

A partir de sua formação spinozista e marxista, Vigotski (2007) destacou que não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos no conflituoso convívio de relações, e nas instâncias constitutivas da realidade histórico-cultural. Os sujeitos têm seu mundo e seu *eu* significado na apropriação da cultura mediada por signos e instrumentos, nas múltiplas relações sociais oportunizadas, na formação da personalidade. A formação da personalidade somente “vem a ser para si o que é em si, através do que significa para os demais” (VIGOTSKI, 2012a, p. 149), pois “relaciono-me comigo mesmo como as pessoas se relacionam comigo” (p. 147).

A partir desse entendimento, refletimos sobre a importância da significação do autismo para si e para os outros na constituição humana. Para o autor, o desenvolvimento humano envolve um processo dinâmico, auto-organizado, mutável, em constante equilíbrio instável, formado por sinuosos altos e baixos, que não se restringem a processos evolutivos, todavia abarcam mudanças revolucionárias, reorganizações, retrocessos e falhas (VIGOTSKI, 2012a; 2018). Sua trajetória não segue uma linearidade, pode-se dizer que se aproxima mais de uma “espiral, voltando sobre uma base o ponto já percorrido” (VIGOTSKI, 2017, p. 78), reestruturando a cada ciclo a personalidade.

A lei genética geral do desenvolvimento cultural descreve a transição marcada pelo drama entre o natural e o histórico, o conflito entre o primitivo e o cultural, a contradição entre o orgânico e o social. Nessa luta, entrelaçam-se os dois planos (biológico e cultural) em um curto-circuito único de apropriações que nos constitui (VIGOTSKI, 2007). O desenvolvimento corresponde a uma unidade ativa e complexa, em que as partes interagem entre si e com o todo, sob influência hereditária e do meio do qual o sujeito faz parte. Em síntese, “o homem é um sistema único” (2018, p. 93), um ser social, cultural e simbólico e, o seu desenvolvimento – típico ou atípico –, pressupõe a formação do novo.

Angel Pino (2005, p. 268) destaca que não se trata de uma dicotomia entre os planos, mesmo porque a “natureza precede a cultura, a cultura supõe a natureza, porque ela é em última instância, a própria natureza, torna-se algo novo”. As funções psíquicas (percepção, atenção seletiva, memória lógica, pensamento por conceitos científicos etc.) e condutas (conversar, andar, estudar etc.) humanizadas, apenas, poderão adquirir um modo simbólico na base existencial da natureza orgânica. Vigotski (2018) considerou inadmissível e injustificável fragmentar o ser, dividir o desenvolvimento em afeto e intelecto. Ambos estão intimamente relacionados, diferenciando-se apenas para fins didáticos.

Sobre as duas leis (planos) que conduzem o desenvolvimento do gênero humano, Alexis Nikolaevich Leontiev discorre que para a lei biológica os órgãos se adaptam às condições e necessidades da produção e para a lei sócio-histórica organiza-se o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que engendra. Homens e mulheres, definitivamente formados, possuem “as propriedades biológicas necessárias ao seu desenvolvimento sócio-histórico ilimitado” (1978, p. 263-264). Portanto, não se contentam com o despotismo da herança genética, libertam-se ao construir sua própria natureza, a natureza humana. Ao longo do desenvolvimento ontogenético, o

peso específico da hereditariedade pode mudar, tornando-se “mais forte e passar para o primeiro plano ou mais fraco e passar para o segundo plano” (VIGOTSKI, 2018, p. 70).

Para Vigotski (2012b), no caso do desenvolvimento de pessoas com alguma divergência biológica, obviamente, podem ocorrer variações. Porém, um impedimento orgânico – por si só – não torna alguém deficiente. A deficiência está amalgamada com determinações sociais, pois um sujeito apenas se percebe deficiente em sociedade. O confronto dele com a materialidade, no contexto das relações humanas e não humanas, revela sua singularidade e a decorrente desconformidade de sua posição social. A interrupção orgânica não age diretamente, sua ação é especialmente indireta, manifesta-se na reação da sociedade, na inferiorização de um grupo social, conduzindo a pessoa com deficiência a reações emocionais-comportamentais consigo e com outro. Como contraexemplo hegemônico, o autor apresenta a cegueira entre os povos que não a minorizam. A ausência da visão física é concebida como um adicional de clarividência espiritual, por isso, os indivíduos que a manifestam têm um status social favorecido. Assim, apenas em certas condições sociais, as singularidades podem ser conduzidas à deficiência.

Para elucidar essa percepção da deficiência, consideremos nossa incapacidade biológica de voar. Não fomos dotados de asas em nosso processo filogenético, mas essa condição não nos inferioriza. A necessidade de cruzar os céus foi satisfeita pela criação de instrumentos pelo gênero humano. Como abordamos, humanos não precisam ser cativos da natureza, podem modificá-la, racionalizando formas criativas de adaptação e superação e cristalizando-as nos instrumentos (materiais e simbólicos). Logo, conseguimos alçar voo até a lua.

A partir de uma concepção revolucionária e emancipadora, Vigotski rompeu com padrões quantificadores de normalidade e com a ideia de déficit atrelada à deficiência. Criticou o modelo médico de deficiência que se restringe à comparação dos corpos, avaliando os sujeitos a partir do déficit biológico atrelado a alguma lesão, desconsiderando experiências de desigualdade social que formam toda a personalidade na luta por reconhecimento. Estabeleceu a lei do desenvolvimento como única, embora apresente-se de infinitas formas, “a criança cujo desenvolvimento está comprometido pelo defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus contemporâneos normais, mas *desenvolve-se de outro modo*” (VIGOTSKI, 2012b, p. 12, grifos do original). Para Baruch Spinoza (2017, p. 47), a “perfeição das coisas deve ser avaliada

exclusivamente por sua própria natureza e potência: elas não são mais ou menos perfeitas porque agradem ou desagradem os sentidos dos homens”.

O Ocidente desconhecia os posicionamentos revolucionários de Vigotski sobre o desenvolvimento humano e a deficiência. Neste lado do globo, em uma estrutura social mercantilista e extremamente segregatória, uma perspectiva social sobre a deficiência tardou a irromper.

O modelo social da deficiência

No ocidente, tivemos a revolução dos estudos sobre a deficiência iniciada nos anos de 1970, quando pessoas com deficiência passaram a confrontar o modelo médico e propuseram o modelo social para a deficiência, alicerçado nas mesmas bases da THC, o Materialismo Histórico-Dialético. Para Débora Diniz (2012), o desafio inicial deste modelo foi questionar a lógica de causalidade, conceber a deficiência em um conceito mais complexo do que o simplismo da lesão como desencadeadora de restrições sociais, e desvincular a lesão da tragédia pessoal do acaso. Este deslocamento da responsabilidade da lesão como opressora do próprio sujeito foi transferido para sistemas sociais incapazes de modificar estruturas e ideias, de remover barreiras e incluir expressões de diversidade. Assim, a deficiência descentraliza-se do campo biomédico e passa a ser contemplada em discussões sociológicas, multidisciplinares e nas políticas públicas. Seus representantes denunciaram a opressão pelo corpo, aproximando as pessoas com deficiência de outros grupos sociais minorizados.

De acordo com os estudos de Diniz (2012), o capitalismo beneficia-se da segregação social das pessoas com deficiência, especialmente as mais vulneráveis. Para isso, este sistema ampara-se no modelo médico que concebe um tipo de normalidade presente nas estatísticas do corpo ideal de sujeito produtivo, inviabilizando e apartando corpos para a produtividade. A proposta de enfrentamento à ideologia, pelo modelo social, foi introduzir uma nova divisão de trabalho que agregasse a deficiência. Também denunciou o dividir para governar, a divisão artificial, quando sugere que alguns são mais ou menos deficientes e capazes, produz confrontos e desmobilização do coletivo. Na resistência, o modelo social tem, gradativamente, reformulado e agregado outras formas de deficiência em seu guarda-chuva, todas apresentando a experiência de opressão como elo

comum. Aqui, representantes do autismo (podem) tomar guarida, mas precisamos contar esta história.

O signo “autismo”: breves prelúdios históricos

Os modos de ser e de estar no mundo, identificados como autistas, não surgiram magicamente como desdobramentos das formas de vida moderna das últimas décadas. Cogita-se que transtornos ocultos (como o autismo) sempre estiveram entre nós. Traremos, na sequência, a construção histórica contraditória e dialética, ressaltando alguns encontros e desencontros até o delineamento do autismo como entidade clínica.

O uso do termo autismo introduz-se posteriormente aos estudos psicanalíticos de Sigmund Freud sobre a sexualidade e a noção de autoerotismo. De acordo com Maria Izabel Tafuri (2003), o pai da psicanálise manteve discussões com parceiros intelectuais, como Carl Jung, que foi divulgador das concepções freudianas, mas posteriormente opôs-se a alguns de seus pressupostos, como o papel da sexualidade na origem dos transtornos mentais, ainda assim, cogita-se que compartilhou seus aprendizados enquanto trabalhou com Paul Eugène Bleuler.

Em 1911, Bleuler caracterizou a esquizofrenia como uma situação que ocorria em pessoas que apresentavam um desenvolvimento típico até a adolescência ou fase adulta, quando, então, pareciam cindir com a realidade como se estivessem sonhando acordadas (TAFURI, 2003). Tafuri propõem a possibilidade de Bleuler ter se apropriado da expressão autoerotismo, subtraindo o infixo *eros*, resultado da divergência entre Jung e Freud, e cunhando originalmente na literatura médica o signo *autismo*. Dessa forma, a expressão autismo surgiu como qualidade para descrever o mundo interno das pessoas com esquizofrenia. A expressão foi apropriada em outras áreas do saber, inclusive para descrever o desenvolvimento humano. Para Bleuler, criador da definição, o conceito do pensamento autístico levou a aproximações equivocadas com conteúdos do pensamento egoísta (VIGOTSKI, 2007).

Jean Piaget foi um deles, emprestou o termo para nomear a forma primária de pensamento, ou seja, o pensamento não dirigido. Para Piaget, o desenvolvimento inicia-se com o pensamento autístico, os objetivos não estão presentes na consciência e são inaptos à realidade, servindo para satisfazer desejos na imaginação sem comunicação externa (VIGOTSKI, 2007). Na transição

gradual até o pensamento dirigido da inteligência (consciente), ocorrem variedades intermediárias que procuram se adaptar à realidade. A principal delas, na hipótese de Piaget, é o pensamento egocêntrico, que culmina na linguagem social.

Vigotski (2007), em oposição a Piaget, descreveu que o pensamento autístico – tanto na perspectiva filogenética quanto ontogenética – não poderia ser, de forma alguma, o ponto de partida fundante no desenvolvimento intelectual da criança e da humanidade. Em direção oposta, defendeu que a função autística apenas poderia se desenvolver tardiamente com a condição do desenvolvimento da linguagem e da consciência. Enfatizamos que a expressão autismo, utilizada por Piaget e Vigotski, em nada refere-se ao diagnóstico de autismo.

A conceituação do autismo, como diagnóstico, é posterior a morte de Vigotski, mas o autor forneceu uma base teórica essencial para a compreensão do desenvolvimento humano, seja ele típico ou atípico, ou melhor, generalizável para as pessoas no espectro autista. Em nossas pesquisas, encontramos, em Vigotski, um elo sutil com a caracterização do autismo. Em *Fundamentos da Defectologia* (VIGOTSKI, 2012b) há um texto de 1931, intitulado *Diagnóstico do desenvolvimento e clínica pedológica da infância difícil*, que apresenta descrições das investigações da psiquiatra soviética Grunia Efimovna Sukhareva. Vigotski baseou-se na obra dela, publicada em 1930, *Sobre o problema da estrutura dinâmica das psicopatias constitucionais infantis*, para abordar sobre a personalidade esquizoide.

Sukhareva acompanhou inúmeros casos de crianças e adolescentes, descrevendo, em 1926, um grupo de seis meninos, entre 2 e 14 anos de idade, que, em geral, eram extremamente inteligentes; com interesses peculiares (música, história, política, filosofia, entre outros); com dificuldades nas relações sociais com seus pares, na comunicação, nas questões sensoriais e motoras, e no controle de conduta (SSUCHAREWA; WOLFF, 1996). Estes pacientes mantinham semelhanças com a esquizofrenia, mas diferentemente dos apontamentos de Bleuler, tais comportamentos os acompanhavam desde a infância e, por isso, os diagnosticou como Transtorno da Personalidade Esquizoide. Sukhareva especulou que a desordem poderia ter uma base inata, e destacou que orientações adequadas poderiam culminar em progressos notáveis, mas estes pacientes sempre seriam excêntricos. Observamos, assim como Steve Silberman (2016), que suas descrições assemelham-se a crianças e adolescentes diagnosticados, atualmente, com Transtorno do Espectro Autista. Inclusive, pesquisadores identificaram que, na obra sem tradução do russo, Palestras em

psiquiatria infantil clínica, de 1959, Sukhareva foi influenciada pelas publicações sobre o autismo e passou a adotar a expressão *psicopatia autista (patológica evitativa)* em seus estudos clínicos (MANOUILENKO; BEJEROT, 2015). .

Para crianças como as descritas por Sukhareva, abundavam explicações psicanalíticas. Elas eram compreendidas em termos de falhas precoces nas relações objetais e humanas, especialmente, com mães e pais. Muitas eram descritas com algum (sub)tipo de esquizofrenia infantil na literatura médica e psicanalítica (ORTEGA, 2008). Na década de 1940, destacaram-se dois psiquiatras que entenderam as características de isolamento social como diagnóstico independente do desenvolvimento infantil típico, e estabeleceram as bases de como compreende-se o autismo contemporâneo.

Em Viena, a equipe da Clínica de Educação Curativa, sediada no Hospital Infantil desta cidade, utilizava, informalmente, o termo *autístico* como descritor de crianças que enfrentavam desafios de socialização, mas não como uma patologia, conforme Edith Sheffer (2019). Erwin Lazar idealizou a clínica para acompanhar e avaliar o desenvolvimento integral das crianças em uma abordagem holística multidisciplinar. Acreditava que os jovens atendidos eram vítimas de uma cultura social que não oportunizava métodos de ensino apropriados aos seus aprendizados.

Georg Frankl e Anni Weiss, profissionais da clínica, publicaram artigos sobre crianças que, atualmente, poderiam ser diagnosticadas no autismo (MURATORI; CALDERONI; BIZZARI, 2021). Em 1935, Weiss publicou um caso detalhado de uma criança com bom desempenho escolar, mas com desafios sociais, medos em inúmeros aspectos da vida cotidiana, ausência de expressões, olhar fixo no vazio, estereotípias e ingenuidade exacerbada (SILBERMAN, 2016). Já Frankl publicou artigos em 1934, 1937 e 1943, relatando pacientes que apresentavam dificuldades nas relações sociais, acreditando tratar-se de idiosincrasia e não de uma patologia. Ele descreveu estes casos como uma condição com graus variados, apresentando interesses, interação e comunicação social, mas, qualitativamente, distintos das pessoas com desenvolvimento típico. Para ele, o estado de espírito e as manifestações das crianças não deveriam ser compreendidas necessariamente como anormais, mas como expressões de uma condição neurobiológica, destacando as relações do sujeito para lidar com esta diferente forma de linguagem afetiva, e de palavras. Também relatou a dor experienciada por seus pacientes, ao não serem compreendidos no mundo das relações sociais, como o cerne desta condição (MURATORI; CALDERON; BIZZARI, 2021). Frankl e Weiss dedicaram

suas publicações ao fundador da clínica, Erwin Lazar, mas não mencionaram o diretor desde 1934, Asperger.

Autismo como diagnóstico: alguns marcos históricos

Asperger iniciou seus trabalhos na clínica seguindo a filosofia do fundador, sob orientação de Frankl. Em 1937, apresentou visão holística semelhante ao ministrar uma palestra intitulada *A criança mentalmente anormal*, no Hospital Infantil de Viena. Defendeu a desnecessidade de diagnósticos que rotulassem crianças, pois entendia a existência de inúmeras personalidades, impossibilitando um conjunto rígido de critérios. Exatamente após um ano, em 1938, palestrando no mesmo local e, sob o mesmo título, ressaltou que *anormal* não significava necessariamente inferior, pois as crianças poderiam revelar capacidades impossíveis de se prever. Entretanto, diagnosticou o grupo de crianças que apresentava confinamento do *self* e redução nas relações com o ambiente, com *psicopatia autista*. Nesta mesma palestra, fez elogios ao regime nazista, que acabara de invadir Viena, e considerou a possibilidade da esterilização forçada de indivíduos socialmente inadequados (SHEFFER, 2019).

Asperger entregou sua tese em 1943, com a defesa e publicação no início de 1944. A pesquisa foi produto de 10 anos de observações com “mais de 200 crianças que mostraram autismo a um maior ou menor grau” (ASPERGER, 1991, p. 84), com uma gama abrangente de habilidades; desde “o gênio altamente original, passando pelo estranho excêntrico que vive em um mundo próprio e alcança muito pouco, até o mais grave indivíduo com distúrbios de contato e retardado mental como o autômato” (p. 74). Ele distinguiu os *esquizofrênicos* das crianças com *psicopatia autista*, enquanto estes pareciam mostrar uma perda progressiva de contato, aqueles manifestavam falta de contato desde o início de suas vidas e não evidenciavam desintegração da personalidade. Ainda assim, como denominador comum nas duas situações: o “autismo é um recurso fundamental”, ou seja, “o fechamento das relações entre o eu e o mundo exterior” (p. 39).

Em sua tese, descreveu apenas quatro crianças falantes, considerando-as como a extremidade favorável do autismo, passíveis de “atingir um grau razoável de integração social” (ASPERGER, 1991, p. 86). Diferentemente, na outra extremidade (crianças não falantes), desconsiderou as qualidades positivas e possíveis contribuições delas à sociedade. Ao destacar

apenas crianças com comunicação fluente, levou a interpretações de que isso significava, no geral, a psicopatia autista (SHEFFER, 2019). Isso é, criou-se um entendimento que seu diagnóstico se restringia a pessoas falantes, em específico, com amplo repertório oral.

Ele considerou que as manifestações do autismo podiam ser facilmente reconhecidas pelas grandes dificuldades de integração social, mas ressaltou que, infelizmente, muitas vezes, os “problemas sociais são tão profundos que ofuscam todo o resto” (ASPERGER, 1991, p. 37). Em síntese, para Asperger, as crianças com psicopatia autista partilhavam características como: conversas unilaterais e maneiras incomuns de se expressar; pouco direcionamento ao interlocutor, como se estivessem em um espaço vazio; bons contadores de histórias; absorção em interesses especiais; movimentos motores desajeitados; memória e atenção peculiar; falta de empatia; sinceridade extrema e poucos amigos. Porém, com tratamento educacional especializado, poderiam apresentar compensações com uma profunda complexificação do pensamento e experiências originais, chegando a “conquistas excepcionais mais tarde na vida” (p. 37).

Pessoas com tais características podiam não ser consideradas com deficiência, mas os impedimentos sociais configuravam para o Terceiro Reich uma falta de espírito nacionalista, atributo fundamental da vitalidade necessária ao *Volk*⁴ alemão. Isso era motivo suficiente para serem consideradas *indesejadas socialmente*. A tese de Asperger foi defendida por alguns como um apelo para salvar vidas (FALK, 2020), uma lista de Schindler psiquiátrica de um grupo de autistas que poderiam contribuir valorosamente para a sociedade (SHEFFER, 2019). Porém, a trajetória de Asperger no Terceiro Reich é marcada por contradições. Ele não praticou eutanásia em seus pacientes, no entanto, oportunizou a prática. É tão complexo acusar quanto inocentar todos aqueles que, direta ou indiretamente, movimentaram as engrenagens do Holocausto. Porém, é ainda mais complicado crer que um membro de chefia médica, respeitado no sistema nazista, desconhecia o que acontecia com o destino dos seus pacientes, descritos por ele e sua equipe como de *vida indigna* ou *ineducáveis*, jargões clínicos perigosos, pois significavam, para os eugenistas, carta branca para o assassinato.

⁴ As expressões *Volk* e *Gemüt* são consideradas intraduzíveis e tiveram muitas alterações de significados ao longo da história, especialmente, no período nazista. Uma aproximação possível considera *Volk* similar ao espírito comunitário do povo e, cada sujeito deveria ter *Gemüt*, ou seja, a capacidade de formar laços sociais. Ambos atributos fundamentais à manutenção do fascismo. A psiquiatria nazista acreditava que algumas pessoas reduziam o *Volk*, geravam prejuízo ao Estado e deviam ser corrigidas ou eliminadas (SHEFFER, 2019).

De acordo com Herwig Czech (2018), para compreender melhor a trajetória de Asperger, é preciso conhecer o seu mentor, Franz Hamburguer, que assumiu a direção do Hospital Infantil de Viena em 1932. Entre suas realizações, destacamos: filiação ao Partido Nazista, na ilegalidade; perseguição aos médicos judeus e às mulheres; experimentações escusas com crianças; indicou a diretor da clínica o ainda recém-formado Asperger, e apoiou a promoção de Erwin Jekelius ao cargo de diretor de Spiegelgrund e Steinhof. Jekelius, amigo e colega de profissão de Asperger, esteve no vórtice da eutanásia e causou maus tratos às crianças consideradas *incapazes* na Viena nazista (SILBERMAN, 2016).

Asperger, que se descrevia na terceira pessoa, era considerado socialmente desajeitado e compartilhava muitas das características do diagnóstico pelo qual ficou conhecido. Sempre foi extremamente católico, motivo que se cogita a não filiação ao Partido Nazista, mas participava de diversas organizações antiliberais, antissocialistas, antimodernistas e antisemitas. Apesar de não se envolver ativamente com o movimento nacional-socialista à época, também não se posicionava abertamente contra. Apoiou princípios do higienismo e da medicina racial nazista, contribuiu para sua legitimação, a ponto de ser considerado confiável pelo regime. Dessa forma, beneficiou-se do Terceiro Reich, tanto antes da guerra, ocupando inúmeros cargos devido ao êxodo judeu, quanto no pós-guerra com o afastamento dos médicos declaradamente nazistas (CZECH, 2018; SHEFFER, 2019).

Na história de Asperger, o autismo e o nazismo estão entrelaçados, assim não podemos ignorar os dados históricos apresentados por Czech (2018; 2019) e Sheffer (2019, p. 201), pois “à medida que o regime se radicalizava, o mesmo acontecia com seus textos”, ano após ano, incorporando termos da psiquiatria nazistas (comportamento autômato, maldade natural, características masculinas superiores às femininas, irremediáveis, incapazes de integração social, esterilização forçada de indesejáveis ao *Volk*). O seu diagnóstico de autismo emergiu desses valores, das relações pessoais e profissionais com os arquitetos da esterilização forçada e da eugenia de centenas de milhares de pessoas com deficiência. Asperger depreciou os que considerou mais deficientes, portanto, participou do sistema de assassinatos que validava seus pareceres e indicações como sentenças de morte aos descritos por ele como incapazes.

Diversos profissionais austríacos não compactuaram com o Estado Nazista e a filosofia ariana, emigraram da Alemanha. Essa foi a decisão adotada por Weiss e Frankl, respectivamente,

em 1934 e 1937. Leo Kanner, médico ucraniano, residente nos Estados Unidos, favoreceu a imigração à Frankl. Kanner trabalhava no Hospital John Hopkins, onde criou o primeiro departamento de psiquiatria infantil do País e, popularizou-se com a publicação pioneira do *Manual de Psiquiatria Infantil*.

A experiência e a perspicácia de Frankl foram imediatamente reconhecidas e absorvidas por Kanner, que passou a trabalhar diretamente com ele, incluindo-o em seu círculo familiar. Quando Frankl publicou, em 1943, o artigo *Linguagem e contato afetivo*, Kanner o elogiou em carta ao editor da revista, mesmo periódico para o qual enviou seu famoso artigo, *Os distúrbios autísticos de contato afetivo*, alguns meses depois. Algumas concepções sobre o autismo parecem ter atravessado o Atlântico, mas nem Kanner nem o casal, Weiss e Frankl, jamais mencionaram as pesquisas da Clínica Curativa. Em uma única referência, Kanner limitou-se a afirmar que não acompanhava pesquisas da psiquiatria nazista (SILBERMAN, 2016).

Kanner apenas reconheceu características autísticas em crianças após 1938, quando já trabalhava com Frankl. Estudiosos indicam que Frankl forneceu o direcionamento a Asperger e, posteriormente, a Kanner (ROBISON, 2017). Ao último, forneceu estrutura teórica e clínica do conceito de *contato afetivo*, que levou Kanner a ser reconhecido como pioneiro na área de autismo (MURATORI; CALDERONI; BIZZARI, 2021). Frankl teve um papel seminal na descrição do autismo, mas o seu entendimento tinha muitas nuances que o afastava das concepções de Kanner e Asperger.

No final do ano de 1938, Kanner recebeu uma carta de um pai, descrevendo minuciosamente os primeiros anos de seu filho Donald Triplett que aparentava, desde o nascimento, isolamento das relações sociais. Então, Donald foi observado detalhadamente por duas semanas pela equipe de Kanner, os “doutores Eugenia S. Cameron e George Frankl” (KANNER, 1997, p. 114). A partir deste paciente, Kanner passou a resgatar e organizar diagnósticos de crianças com comportamentos semelhantes. Enquanto o diagnóstico de Asperger descrevia crianças a partir dos 6 anos com fala, Kanner descreveu crianças a partir de 2 anos com pouca ou nenhuma fala. Em 1943, seus 11 casos, três meninas e oito meninos, cada qual com diferenças individuais do distúrbio, apresentavam características essenciais comuns de uma síndrome única que denominou: “fechamento autístico extremo” (p. 156).

De acordo com o psiquiatra, elas não poderiam ser descritas pela definição de esquizofrenia de Bleuler, suas alterações não estavam acompanhadas de uma deterioração progressiva, mas sim de um déficit neurobiológico inato que incapacitaria a constituição de um *pensamento autístico*. Visto que o “distúrbio fundamental mais surpreendente, ‘patognômico’, é ‘a incapacidade destas crianças de estabelecer relações’ de maneira normal com as pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas” (p. 156).

Para o autor, o *fechamento autístico extremo* faria a criança ignorar ou recusar, sempre que possível, tudo que proviesse do mundo exterior e mergulhasse no isolamento. Isso se relaciona tanto com pessoas quanto com objetos, contato físico, luzes, sons que não fossem produzidos por ela mesma. Isso é um fator essencial da síndrome, ou seja, o medo de mudança e de incompletude. Portanto, procuravam manter o mundo inalterado, em um profundo desejo de solidão. Nessa rede de estabilidade, manifestavam-se e justificavam-se as repetições como fala, atos e movimentos corporais que lhes dão uma sensação gratificante de onipotência e controle.

Para diferenciar a síndrome de outras patologias, Kanner propôs alguns critérios fundamentais às crianças com diagnóstico de *autismo precoce*, a saber: isolamento profundo; incapacidade de estabelecer contato com outras pessoas, em particular, com crianças; relação intensa com objetos inanimados; fisionomia inteligente; potencial cognitivo; alterações na comunicação; possíveis habilidades especiais, como memória; interesses peculiares; obstinação pelos rituais e inalteração do ambiente. Por suas observações clínicas, Kanner (1997, p. 168) declarou que, quando as dificuldades no desenvolvimento foram superadas com direcionamento adequado, “todos evoluíram de maneira muito interessante”. Os aprendizados proporcionaram, gradualmente, condições para que as crianças estabelecessem relações como se estivessem “estendendo tentáculos circunspectos em um mundo em que desde sempre foram estrangeiros” (p. 169).

Kanner confiou nos relatos familiares dos seus bebês que, em sua maioria, não tinham atitudes antecipatórias ao serem pegos e não se ajustavam à posição do corpo, quando carregadas no colo. Não atribuiu o fechamento autístico “exclusivamente ao tipo de relações parentais precoces”, mas afirmou que estas crianças “vieram ao mundo com uma incapacidade inata de estabelecer contato afetivo habitual com as pessoas, biologicamente previsto, exatamente como outras crianças

vêm ao mundo com deficiência físicas ou intelectuais” (KANNER, 1997, p. 170). Portanto, considerou-as como exemplos puros de *distúrbios autísticos inatos de contato afetivo*.

No entanto, afirmações ambivalentes de Kanner sobre as origens do autismo, e publicações posteriores sobre a refrigeração emocional dos pais e mães de algumas crianças com autismo (TIME, 1948), forneceram elementos poderosos para a psicanálise que, em geral, compreendeu o autismo sob a influência de fragilidades precoces dos laços afetivos dos familiares, especialmente, da mãe com a criança. Toda essa situação incomodou Kanner, que não era favorável à vertente psicanalítica. Ele tentou remediar, defendendo a ocorrência de interpretações equivocadas de suas colocações. De certa forma, desculpou-se com as famílias pelos ataques cruéis de culpabilização que sofreram (SILBERMAN, 2016). Em suas palavras, as mães e os pais, ao invés de culpados etiológicos ou meros executores de prescrições médicas, são como “co-terapeutas que contribuem ativamente” (KANNER, 1971, p. 145). Após os anos de 1960, as explicações foram deslocando-se das psicoses infantis às biológicas, surgiram as teorias cognitivistas e a busca por um endereço da patologia.

Enquanto a proposição de Kanner se tornou referência sobre o diagnóstico de autismo, o trabalho de Asperger só recebeu notoriedade quase 40 anos após a publicação original, com a divulgação de Lorna Wing. Ela era uma psiquiatra britânica, que tinha uma filha com autismo, e junto com seu marido, também psiquiatra, dedicou sua vida a pesquisar o tema. Lorna Wing e Judith Gould (1979) propuseram uma tríade de dificuldades de pessoas com autismo: interação social, comunicação e imaginação. Na pesquisa, apontaram algumas crianças e jovens com traços autísticos, mas que apresentavam desenvolvimentos qualitativamente distintos dos descritos por Kanner. Em busca de respostas, a psiquiatra encontrou um trabalho até então desconhecido da língua inglesa, que apresentava o autismo em outra perspectiva, a tese de Asperger. Wing conseguiu um encontro informal com o pesquisador e expôs sua suposição de que as pessoas autistas descritas por ele fariam parte de uma extremidade do *continuum* autista mas, à época, Asperger se opôs às colocações da psiquiatra. Pareceu contraditória sua recusa, pois a ideia já estava consignada em seu artigo. Embora Asperger reconhecesse que as crianças que descreveu apresentavam traços em comum com as relatadas por Kanner, como o isolamento social, desconsiderou que se tratava do mesmo diagnóstico (SILBERMAN, 2016).

Em busca de conciliações, Wing (1981) publicou sobre as coincidências dos diagnósticos, mas diferenciou o autismo proposto por Kanner, do descrito por Asperger, que preferiu denominar de *Síndrome de Asperger*. Isto também correspondeu a uma estratégia da psiquiatra, afinal, o diagnóstico de autismo trazia ainda muitas conotações depreciativas às crianças, aos pais, especialmente, às mães que viviam sobre a alcunha de *mães geladeiras*. Afinal, naquele momento histórico, como explicar aos familiares que suas crianças, aparentemente tímidas e com manias, na realidade, também eram pessoas autistas (SILBERMAN, 2016). Porém, ainda desgostosa pela diferenciação, Wing esforçou-se para colocar todos sobre o mesmo guarda-chuva, por isso, arquitetou o conceito de *espectro autista* (WING, 1997), um *continuum* mais complexo do que “simplesmente uma linha reta de grave a leve” (1988, p. 92), lembrando-a de um arco-íris que enfatizava a diversidade de matizes (SILBERMAN, 2016). Além disso, estava evidente que pessoas com autismo podiam iniciar o seu desenvolvimento em um ponto e transitar para outro lugar neste espectro. Portanto, não teria sentido um diagnóstico com autismo na infância e, mais tarde, alterá-lo para Síndrome de Asperger.

A concepção *espectro autista* foi se consolidando pelos(as) especialistas e apropriada pelo DSM e pela Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ambos criaram sistemas manuais para unificar critérios diagnósticos e auxiliar profissionais na identificação e orientação sobre patologias. Atualmente, ambos estão harmonizados, mas nos concentraremos no DSM.

DSM-5 e Pesquisas Genéticas

Para o DSM-5 publicado em 2013, o TEA foi incorporado aos Transtornos do Neurodesenvolvimento, um grupo de condições que costumam se manifestar cedo no desenvolvimento, sendo caracterizados por excessos ou déficits “que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional” (APA, 2014, p. 31). O TEA passou a englobar transtornos, antes referidos como Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), e a ser caracterizado por déficits em dois domínios centrais, a saber: (a) comunicação e interações sociais; e, (b) movimentos repetitivos. Além disso, enfatizou-se que essas características são manifestadas na primeira infância, embora possam ser percebidas apenas posteriormente, devido às demandas

sociais que evidenciam limitações às características elencadas. Então, o autismo tem sido caracterizado como:

déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Considerando que os sintomas mudam com o desenvolvimento, podendo ser mascarados por mecanismos compensatórios, os critérios diagnósticos podem ser preenchidos com base em informações retrospectivas, embora a apresentação atual deva causar prejuízo significativo. (APA, 2014, p. 31-32).

O diagnóstico de TEA é realizado pela avaliação clínica, não há exames médicos que contemplem a variação do espectro. Conforme Sebastián Andrés Sánchez Sosa (2020), em busca da episteme do autismo, a epigenética assumiu um papel importante na explicação das determinações socioambientais que podem: influenciar no polimorfismo, acompanhar as variações do genoma, contribuir na complexidade manifestada. No entanto, no campo da arquitetura genética, a natureza do autismo ainda é incerta. Mesmo que identifiquem, em algumas famílias, uma maior caracterização de mutações genéticas na população autista, em geral, não identificaram novas alterações como determinações nas gerações atuais. São raras as mutações novas (espontâneas) que indicam contribuição substancial em uma caracterização individual, mas observam mutações em genes muito antigos (GAUGLER *et al.*, 2014). Ou seja, *a priori*, alguns marcadores genéticos, encontrados em pessoas com autismo, não são produto de um estilo de vida moderno, mas fazem parte do legado filogenético de milhões de anos de evolução.

551

Para os(as) ativistas do movimento da neurodiversidade, o autismo é uma condição neurológica e uma questão identitária que constitui toda a sua formação, pois “não é alguma coisa (uma doença) que se ‘tem’, mas algo que se ‘é’. Não é a ‘concha’ que aprisiona a criança normal” (ORTEGA, 2008, p. 485). Logo, o autismo é indissolúvel do sujeito e, se fosse possível removê-lo, não teríamos mais o mesmo indivíduo, mas uma identidade diferente. Todavia, o autor aborda uma contradição, pois o “movimento posiciona na área do ‘neuro’ o que se costumava posicionar na área do mental e do social” (p. 496), a esse respeito, abordaremos a seguir.

Movimento da Neurodiversidade

Sosa (2020) explica as relações entre os conceitos: neurodiversidade, paradigma da neurodiversidade e movimento da neurodiversidade. Para ela, a neurodiversidade refere-se a uma condição natural de variações neurológicas compartilhada por toda a humanidade. O paradigma da neurodiversidade baseia-se nessas diversidades naturais humanas, para questionar conceitos culturais como o de saúde e de normalidade. Por fim, o movimento da neurodiversidade toma esses entendimentos para defender aqueles que são discriminados por suas variações neurológicas, e de conduta.

Judy Singer (2017), uma socióloga australiana, ativista autista, pioneira do termo neurodiversidade, contribuiu na base do movimento de mesmo nome, organização que estava se constituindo em meados dos anos de 1990. O termo emergiu em um momento histórico em que as singularidades do autismo não pareciam encaixar-se nas agendas políticas de deficiência. Assim, pessoas com autismo passaram a organizar comunidades na internet, compartilhando suas vivências e sentimentos e opondo-se às caracterizações, sobretudo aos discursos psicanalíticos. Considerou, em sua tese de doutorado, o autismo na perspectiva do Modelo Social da Deficiência, concebendo-o como um grande e novo movimento social para o grupo minoritário que, à época, chamava-se Síndrome de Asperger. Ela sonhava com um processo de posicionamento e libertação em semelhança com outros grupos (movimento feminista, negro, homossexual ou da deficiência) que o antecederam. Assim, defendeu o autismo como um conceito a ser construído, de uma deficiência de comunicação social, mas em um movimento mais amplo de pessoas neurologicamente diferentes de padrões sociais.

Atualmente, o movimento da neurodiversidade concentra seus esforços na luta por direitos, redução de estigmas sociais, ampliação de oportunidades e acomodações das pessoas diagnosticadas com disfunções neurológicas (autismo, transtorno de déficit de atenção, transtorno bipolar, dispraxias de desenvolvimento, síndrome de Tourette, dislexias, epilepsia, entre outros) (JAARSMA; WELIN, 2012). Entre seus teóricos, emerge a concepção do autismo, não como uma doença a ser curada ou pessoas a serem normalizadas, por não se tratar de uma patologia, mas uma outra forma de vida, uma variação natural da humanidade, mais especificamente, uma diversidade

do cérebro (BOTTEMA-BEUTEL *et al.*, 2020) que se manifesta tanto na dificuldade dos neuroatípicos⁵ entender os neurotípicos, quanto na dificuldade destes compreenderem aqueles (ALKHALDI; SHEPPARD; MITCHELL, 2019). Assim, o autismo deve ser respeitado como uma diferença – em equiparação com as sexuais, as raciais – e, apenas, constituindo-se como deficiência em uma estrutura social incapacitante (ORTEGA, 2009).

Ainda há pouco consenso quanto a existência, ou não, de uma fronteira entre a diferença e a deficiência. Em nossa estrutura social vigente, minimamente, estas questões se intersectam e afetam os desdobramentos sociais, sobremaneira, as vidas dos envolvidos na nomeação diagnóstica (AYDOS, 2019). Para Jaarsma e Welin (2012), a nosologia do autismo como diferença humana e não uma deficiência, pode ser aceita em sua forma estreita, mas é problemática em uma reivindicação mais ampla para o espectro. Nessa problemática também reside a legitimidade, ou não, da defesa de interesses pela rede de apoio (familiares, prestadores de cuidados, equipe multidisciplinar, pesquisadores, entre outros) em nome das pessoas com autismo não, ou pouco falantes, e que precisam de maior apoio.

Para McCoy, Liu, Lutz e Sisti (2020), é complicado que apenas pessoas com autismo mais comunicativas, que não precisam de muito apoio para dialogar com a sociedade, possam defender os direitos de todo um espectro, o envolvimento da rede de apoio não precisa excluir pessoas que ainda não podem se comunicar amplamente. Ao mesmo tempo, ativistas do movimento da neurodiversidade enfatizam que respeitar as pessoas do espectro significa, também, dar atenção à comunicação sem fala, manifestadas no uso de dispositivos alternativos de comunicação ou outras formas de expressão; por mais deslocadas que possam parecer ao senso comum.

Após apresentação histórica de momentos considerados essenciais na compreensão das contradições que envolvem o autismo, analisaremos o autismo pela perspectiva histórico-cultural.

⁵ Participantes do movimento da neurodiversidade autodenominam-se como neurodiversos, neurologicamente diferentes, neuroatípicos ou neurodivergentes, este com menor incidência. Não se sabe quem, especificamente, cunhou o termo neurotípico, mas passou a ser utilizado por pessoas autistas nas comunidades da internet e, depois, popularizou-se. Objetiva-se questionar e marginalizar a palavra hegemônica *normal* e todas suas conotações prescritivas (SINGER, 2017).

Diálogos acerca do Autismo à Luz da Perspectiva Histórico-Cultural

Em síntese, retomamos e analisamos o panorama do processo histórico dos usos da expressão *autismo* e seus muitos desdobramentos até os dias atuais. Em sua origem, a expressão foi utilizada para se referir a uma característica do pensamento das pessoas com esquizofrenia. Alguns teóricos utilizaram a expressão para descrever o desenvolvimento da humanidade nos primeiros anos de vida. Vigotski criticou aqueles que desconsideravam as relações sociais como fundantes à constituição humana. A formação do pensamento autístico só é possível a partir do processo social, após a apropriação da linguagem e formação da consciência de si, e do mundo. Ou seja, o social não é produto, mas a condição de gênese.

À medida que a criança aprende a falar, estrutura sua linguagem interior. Quando passa a falar sozinha (linguagem egocêntrica), revela o processo de reprodução e reconfiguração de suas conversas com outros, a constituição dinâmica das funções psíquicas e da linguagem interior. Para Vigotski (2007), o pensamento autístico só pode ser compreendido como produto processual do desenvolvimento consciente da linguagem e do pensamento, do conhecimento e das mediações com a realidade, das relações imaginativas e dos processos criativos, ou seja, na longa jornada de formação da autoconsciência.

Aqui, a partir das palavras do autor (que faleceu antes do estabelecimento do diagnóstico de autismo), enfatizamos que, para todas as pessoas, incluindo-se, obviamente, as diagnosticadas com autismo, qualquer mínima apropriação e manifestação cultural decorre de aprendizados e pensamentos sociais, portanto, não autísticos. Como afirmado neste texto, a expressão autismo, em sua concepção e como foi apropriada por Vigotski, em nada se relaciona com a conceituação do diagnóstico atual. Porém, consideramos pertinente essa discussão para entender que as pessoas não partem de pensamentos autísticos, mas sim de um pensamento social.

Avançando na história, chegamos à conceituação do autismo como diagnóstico. Asperger apresentou, pela primeira vez, as pessoas com interrupções nas relações sociais em uma perspectiva holística, no entanto, mudou radicalmente seu ponto de vista. Cogitou-se influências nazistas na sua atuação clínica, produção acadêmica e concepção de desenvolvimento. Enquanto isso, Kanner não aparentava identificar singularidades em crianças que passou a diagnosticar como autistas somente a partir de seu encontro com Frankl.

Asperger, em suas considerações acerca das raízes genéticas do quadro autístico, confirmou a defesa pela hereditariedade. Contudo, previu um caráter indubitavelmente poligenético que seria difícil de identificar, pois parecia haver tantas variedades do autismo quanto pessoas investigadas. Os traços do autismo estariam nos parentes, mais especificamente, nos genes herdados dos homens da família. Contemplou os padrões masculinos em referência às tendências do pensamento abstrato que se contrapõem aos traços mais ligados ao feminino, como os sentimentos e instintos. Em suas palavras: “a personalidade autista é uma variante extrema da inteligência masculina” (ASPERGER, 1991, p. 84), em uma possível explicação do porquê não encontrou meninas com o quadro completo do autismo. É curioso que, em um de seus diagnósticos, avaliou uma menina como extremamente autista. Ele e sua equipe proferiram diagnósticos de algumas meninas com características muito próximas dos casos que descreveu, mas sem a paciência e valorização de suas potencialidades, como fizeram com os meninos. Atribuíram questões hormonais as suas dificuldades de socialização, e as consideraram *ineducáveis*. Estas meninas, além de seu gênero, não pertenciam a famílias eminentes ou com heranças geniais, como os meninos de sua tese. Ficou evidente, em suas obras, uma reprodução, valorizando o masculino e subjugando a posição do feminino, conivente com o contexto em que vivia (SHEFFER, 2019). Até os dias atuais, as condutas culturais diferenciadas de meninos e meninas resultam em despercebimentos em algumas avaliações clínicas do gênero feminino em comparação ao masculino (RATTO *et al.*, 2018). Mantendo-se estereótipos de um mundo azul para o autismo.

555

Kanner destacou que as crianças provinham de famílias extremamente inteligentes e, muitas delas, eram belas. Mesma ênfase dada por Asperger (1991, p. 68) em suas palavras: “elas podem ter aparência quase aristocrática”. Cogitamos essa verossimilhança, que deram à beleza, como uma possível consequência dos princípios eugenistas, raciais, que tomaram o planeta no século XX. Ainda sobre as características familiares, Asperger comenta sobre traços peculiares, excêntricos, eruditos e geniais. Kanner (1997) dá ênfase aos aspectos obsessivos dos pais, mães e parentes próximos. Afirmou que eles(as) apresentavam maiores interesses em coisas abstratas do que nas relações pessoais, que costumam ser mais frias e formais.

Essas concepções estéticas e eugênicas, que marcam os primórdios do diagnóstico, ainda cercam o imaginário popular com expressões como “tão bonito(a), nem parece autista!”. Asperger e Kanner escolheram relatar a história de crianças que faziam parte de uma elite intelectual e/ou

financeira, contribuindo para idealizações de estereótipos do diagnóstico. Crianças de lares desfavorecidos seguiram sem acesso a acompanhamento clínico e escolar, sem direito a condições e oportunidades de desenvolvimento, muitas delas trancadas em suas casas ou isoladas em sanatórios. Infelizmente, ainda temos situações similares. Porém, quando a sociedade passa a se preocupar com o aumento destas crianças nos espaços públicos, não nos torna apreensivos por um aumento de casos, mas com a percepção de portas se abrindo.

O que nos preocupa é como as pessoas autistas estão sendo (ou não) acolhidas, percebidas e significadas para os outros, e para si, sobre suas singularidades. Entre as polêmicas na caracterização do DSM-5 (APA, 2014), ainda há fortes influências do modelo médico da deficiência. Por exemplo, na afirmação: “frequentemente envolvem atraso no desenvolvimento da linguagem, em geral acompanhado por *ausência de interesse social*” (p. 56, grifo nosso). Entendemos como desumana a acusação de desinteresse por socializar, para as pessoas que apresentam interrupções comunicativas. Principalmente, quando tais afirmações fortalecem o senso comum para justificar afastamentos do convívio social. Um equívoco que tolhe seu desenvolvimento e retira sua humanidade. As funções do gênero humano não são inatas, mas ensinadas e aprendidas no coletivo. A necessidade de relações sociais, e como conduzir esses processos, não provêm de códigos genéticos, mas de instruções e apropriações das ferramentas materiais e simbólicas, das condutas morais e éticas, da organização das emoções.

Não negamos que sujeitos podem apresentar interrupções (endógenas e exógenas) nas relações sociais e, por conseguinte, modos distintos de desenvolvimento. Porém, consideramos que a aparência, em sua forma externa, sinaliza, mas não revela, por si só, a essência do fenômeno. Karl Marx (2008, p. 1080) destaca: “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”. Para o processo investigativo de compreensão da realidade empírica, são necessárias sucessivas aproximações e correlações das suas múltiplas determinações, que estão ocultas, e a superação da expressão fenomênica.

Portanto, em relação ao autismo, supor desinteresse social pela aparência dos comportamentos de pessoas que, por exemplo, não olham nos olhos, ou fazem movimentos repetitivos, ou apresentam dificuldades em inicializar e manter uma conversa, ou não falam, assim por diante, é tão pouco científico quanto supor interesse daquelas que se comportam de forma oposta. Opiniões que associam características de pessoas autistas ao desinteresse nas relações

humanas desconsideram que, mesmo os mínimos aprendizados passam pela relação com o outro e significam, de forma deletéria, à formação da personalidade dos sujeitos autistas.

Todas as funções psicológicas culturais desenvolvem-se no movimento de significação e apropriação da linguagem (falantes ou não). No caso de obstaculização de seu desenvolvimento, geram-se situações que “conduz à exclusão da coletividade, e a exclusão da coletividade freia simultaneamente à educação social como o desenvolvimento linguístico” (VIGOTSKI, 2012b, p. 232). O desenvolvimento da necessidade de linguagem, e de todas as funções culturais e sistemas integrativos (imaginação, vontade etc.), são mortos sem as possibilidades dinâmicas na vida coletiva.

A ativista neuroqueer, Melanie Yergeau (2018), alerta sobre os posicionamentos que concentram o desenvolvimento das pessoas autistas nos fatores biológicos e ignoram as determinações da vida coletiva. Segundo ela, o autismo não é uma condição voluntária – por si só – mas é preciso cuidado com as narrativas, pois podem levar à problemática de uma neurologia desgovernada. Compreender o autismo em comportamentos involuntários também “é um projeto de desumanização” (p. 10), pois impinge um caráter passivo, condicionado, automatizado e sem intencionalidade. Passam a ser pessoas que não são pessoas, pois são sujeitos cativos de um cérebro desordenado, ao invés de atuentes de suas próprias histórias. Melanie entende o autismo como partícipe na construção da cultura da deficiência e, embora “seja certamente uma deficiência, é, como sugeri, uma constelação de histórias – histórias sobre incorporação e intenção, histórias sobre humanidade e hierarquia, histórias sobre diagnóstico, detecção e prevenção” (p. 20).

O autismo, como deficiência, ainda é uma questão crucial e divergente entre grupos e, dentro deles próprios (constituídos por estudiosos não autistas e autistas, ativistas e familiares de pessoas autistas não, ou pouco falantes, entre outros). As defesas partem de matrizes epistemológicas distintas, arraigadas às concepções de humanidade e de mundo, portanto inevitáveis os desdobramentos conflituosos. Mas evidenciam como elo comum o fato de ainda não vivermos em um mundo onde as oportunidades são equitativas nem às pessoas com desenvolvimento típico, quanto mais aquelas com desenvolvimento atípico. Tanto o movimento da neurodiversidade, quanto o da deficiência, contribuem para a discussão desta tênue fronteira entre a diferença e a deficiência, e a necessidade de mudanças sociais. Defendemos como Singer (2021) que, em condições sociais mais promissoras, os rótulos de autismo, ou de qualquer deficiência,

podem ser superados por um sistema diagnóstico, baseado em necessidades específicas de cada sujeito. Para Silberman (2016, p. 31), “durante gerações, pais de pessoas autistas têm chegado à conclusão de que a cura, para a maioria dos aspectos incapacitantes do autismo, não procederá de uma pílula, mas do estabelecimento de comunidades compreensivas”.

Inegavelmente, não temos o contexto social abordado por Singer (2021) e Silberman (2016). Mesmo quando pessoas com deficiência ou autistas não pretendem pensar em um mundo com fronteiras para suas singularidades, possibilidades e escolhas são atravessadas por sua identidade (ALMEIDA, 2019). Pensar em si é indissolúvel de pensar em sua identidade e como o mundo reage a ela. Defender a identidade é a própria condição de existência e, ignorá-la, não favorece a uma emancipação humana. Porém, em nosso sistema social, pode se converter em uma armadilha que nos afasta ainda mais desta possibilidade, pois a emancipação de uns não é a emancipação de todos; logo, não é de ninguém.

Para Asad Haider (2019), a identidade pode se converter em armadilha quando analisada como fator externo às determinações materiais da vida social, pois se reduz à individualização. Assim, a identidade, afastada das dimensões sociais é ponto de partida e de chegada, ao mesmo tempo. Compreendê-la envolve aprofundar-nos, cada vez mais, na sua constituição histórica e em suas múltiplas relações sociais concretas, na estrutura das instituições políticas e econômicas que sustentaram, no caso do nosso estudo, o capacitismo e as deformações das identidades e as exclusões de pessoas autistas do convívio comum. Essas considerações não podem ser confundidas com um entendimento dos movimentos de identidade, apenas como divisores da classe trabalhadora. Essa visão é problemática e abstrata, pois ignora os rompimentos e contradições que sempre existiram e desconsidera a história dos movimentos pioneiros de identidade que não tinham acolhida, mas seguiram com objetivos revolucionários. Por exemplo, as feministas negras do Combahee River, os Panteras Negras, a mobilização nacional protagonizada por Malcolm X, organizações comprometidas com uma transformação social mais ampla (HAIDER, 2019).

Como as mulheres, os negros e outros grupos minorizados, as pessoas autistas são historicamente excluídas de espaços sociais, especialmente aquelas com a necessidade de maior apoio de interação e comunicação em suas relações com o mundo. A caracterização destas pessoas como tão diferentes do usual, ao ponto do rompimento com condutas humanas, tem favorecido às políticas de individualização capitalista (RUNSWICK-COLE, 2014). Isso porque limitam a

emancipação humana quando reforçam o “binário, ‘nós’ e ‘eles’, sobre o qual a política social neoliberal se baseia e falham em desafiar a subordinação e mercantilização da diferença” (p. 1127).

A prioridade nos objetivos dos movimentos de identidade deveria concentrar-se na transformação da estrutura social e na capacidade de mobilizar e agregar “um amplo espectro de massas e, de possibilitar sua auto-organização, buscando construir uma sociedade na qual as pessoas se governam e controlam suas próprias vidas” (HAIDER, 2019, p. 41). Sair do refúgio da identidade em busca de novos horizontes de emancipação humana e social, é chamado, pelo autor, de uma nova universalidade insurgente.

A partir dessa análise, assumimos a importância do caráter subversivo da estrutura social como única possibilidade para emancipação humana. Essa coerência histórica apresenta-se na explicação de que os homens e as mulheres “fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997, p.21). Inspiramo-nos em Marx (2012, p. 31-32) ao defender que uma sociedade com melhores condições e emancipação humana somente será possível com a luta pela superação da fragmentação social, ou seja, “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”.

Nesse sentido, Vigotski (2012b, p. 82) conclui que “a humanidade vencerá, cedo ou tarde, a cegueira, a surdez e a debilidade mental, mas as vencerá muito antes no plano social e pedagógico do que no plano médico e biológico”. De acordo com o autor, talvez, não esteja tão distante o entendimento de quão inadequado é o próprio conceito de pessoa com deficiência (adicionamos aqui o autismo), considerando que uma sociedade que valoriza os sujeitos, independentemente das singularidades, cria estratégias de superação e remoção de barreiras, amplia as possibilidades de participação social e plenitude de desenvolvimento. Vigotski defendeu que, está em nossas mãos fazer com que o cego, o surdo, o deficiente intelectual, incluímos aqui o autista, não sejam deficientes. As concepções de deficiência e autismo não amparam-se apenas em um plano, biológico ou social, são o resultado do entrelaçamento entre ambos que constitui a singularidade única do sujeito histórico.

Considerações Finais

A fim de conhecermos as contradições históricas, e ir além da aparência que envolve a temática, tecemos diálogos sobre o perigo de uma história única do autismo, parafraseando a famosa frase de Chimamanda Nzgoi Adichie (2019). Riscos são possíveis, quando as influências provêm de uma única forma homogênea de conhecer o autismo ou, apenas, de caracterizações binárias. Os danos da descontextualização histórica, e da descaracterização social, tanto para os aspectos constitutivos do diagnóstico de autismo, quanto para a imposição de estereótipos, distorção das identidades e expropriação de espaços pelos sujeitos marcados por ele, retira-lhes a humanidade e impede o desenvolvimento das pessoas no espectro autista. Contudo, pelo resgate histórico-cultural, também, é possível avançar o senso comum em busca da consolidação dos direitos destas pessoas com autismo.

Como discorremos neste artigo, pessoas autistas têm suas singularidades diagnosticadas, e rotuladas, por padrões biomédicos que definem limites entre deficiência e diferença. O modelo médico estabelece aprioristicamente incapacidades e incentiva concepções de exclusão para os desenvolvimentos atípicos. Os diagnósticos de Asperger e Kanner estavam centrados em déficits, e ecoam até hoje nas avaliações e classificações das pessoas sob o baluarte do autismo.

Nossas bases na Teoria Histórico-Cultural nos possibilitaram trazer a compreensão de Vigotski sobre o desenvolvimento humano para dar uma coloração emocional à discussão acerca do autismo. Como ele viveu os primórdios de uma revolução, almejava a transformação social radical sob a perspectiva da formação de novos homens e novas mulheres. Há quase um centenário, no contrafluxo de sua época, posicionou-se contrário à forma biologizante de conceber pessoas com desenvolvimento atípico, e desvelou possibilidades alvissareiras aos seus desenvolvimentos. Para o autor, a compensação de interrupções só pode ocorrer da relação de um sujeito em seu contexto social. Isso é, “a inadaptabilidade social não pode ser referida apenas à pessoa supostamente inadaptada: trata-se de uma relação entre essa pessoa e seu ambiente social de desenvolvimento. Logo, diz respeito ao modo de relação entre ambos” (TUNES; ABREU; RIBAS, 2020, p. 137).

No ocidente, os movimentos sociais em defesa da diversidade obtiveram conquistas nas concepções da deficiência, em entendimentos e desdobramentos sociais, na luta por direitos de

espaços inclusivos. Lutam pelo reconhecimento de suas singularidades e oportunidades de novas expressões. No entanto, em nossos estudos e vivências defrontamo-nos com a resistência a posicionamentos mais progressistas e inclusivos da deficiência, do autismo e de outros grupos marginalizados pelos modelos hegemônicos. Infelizmente, em nosso sistema social, não parece que os conceitos de deficiência e autismo estejam em vias de não serem mais necessários, ou desvinculem-se do significado de déficit.

Discutir sobre a humanidade é sempre discutir sobre a diversidade, em especial, não ignorar as características que excluem pessoas de espaços comuns. No preconceito histórico dos termos deficiência e autismo, é compreensível que ocorram contradições. Na contemporaneidade, assumir a identidade, em um sentido revolucionário, é contribuir com avanços, para que um dia possamos superar individualizações e inadequações de homens e mulheres ao gênero. Os movimentos de identidade, com objetivo à emancipação ampla precisam forjar elos, agregar vozes e mobilizar multidões. Uma mudança social somente logrará êxito quando estiverem envolvidas todas as formas de ser e estar neste mundo, pessoas deficientes e não deficientes, autistas e não autistas. Não só as pessoas autistas dependem da sociedade, mas a sociedade, também, depende delas.

561

O autismo não se materializa de forma unitária, mas expressa-se em autismos, idiossincrasias, prognósticos, propósitos pessoais e personalidades tão diversas como a própria vida. Acreditamos que, “decididamente, o autismo se realiza e se materializa no plural: autismos” (BIRMAN, 1997, p. 11), um termo que melhor expressa a neurodiversidade do espectro. O processo histórico de aprendizados das pessoas autistas, mesmo quando não percebido abertamente pelos demais, necessariamente, passou pelo outro, pelos produtos humanos, ou seja, teve as apropriações mediadas pelas relações sociais construídas historicamente. Toda esta História do conceito autismo impacta na dinâmica social em que se constitui a história de transformação de cada sujeito com autismo. A estrutura da personalidade é um movimento de síntese contraditória de muitas determinações, relações que estabelecemos com o mundo que nos rodeia. Assim, tomando palavras de Vigotski, a personalidade das pessoas autistas torna-se para si mesma, o que é em si, através do que significa para os demais.

Defendemos que autistas “não vivem em um mundo só deles, ou mundo paralelo; o mundo é o mesmo para autistas ou não autistas, apenas a percepção da realidade e a reação a ela são absorvidas e externadas de forma diferente” (MALAB, 2017, p. 16). Somos todos(as), autistas ou

não autistas, seres que não se repetem, cada qual em seu modo singular de existência, com potencialidades a serem exploradas e dificuldades a serem superadas. Para muito além dos estereótipos habituais, a vida convida outras formas fisiopsicológicas de ser, e estar neste mundo.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ALKHALDI, Rabi Samil; SHEPPARD, Elizabeth; MITCHELL, Peter. Is there a link between autistic people being perceived unfavorably and having a mind that is difficult to read? **Journal of autism and developmental disorders**, v. 49, p. 3973-3982, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-019-04101-1>

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Prefácio da edição brasileira. In: HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019, p. 7-17.

APA. American Psychiatric Association. **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Artmed Editora, 2014.

ASPERGER, Hans. 'Autistic psychopathy' in childhood. In: FRITH, Uta (Ed.). **Autism and Asperger Syndrome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 37-92.

AYDOS, Valéria. A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Anuário antropológico**, v. 44, n. 1, p. 93-116, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.3492>

BARON-COHEN, Simon *et al.* Prevalence of autism-spectrum conditions: UK school-based population study. **The British journal of psychiatry**, v. 194, n. 6, p. 500-509, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.108.059345>

BIRMAN, Joel. A gramática do impossível. In: ROCHA, P. S. (Org.). **Autismos**. São Paulo: Escuta, 1997, p. 11-13.

BOTTEMA-BEUTEL, Kristen; KAPP, Steven K.; LESTER, Jessica Nina; SASSON, Noah J.; HAND, Brittany N. Avoiding ableist language: Suggestions for autism researchers. **Autism in Adulthood**, v. 3, n. 1, p. 18-29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1089/aut.2020.0014>

CZECH, Herwig. Hans Asperger, national socialism, and "race hygiene" in Nazi-era Vienna. **Molecular autism**, v. 9, n. 1, p. 1-43, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13229-018-0208-6>

CZECH, Herwig. Response to 'Non-complicit: revisiting Hans Asperger's career in Nazi-era Vienna'. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 49, n. 9, p. 3883-3887, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-019-04106-w>

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

FALK, Dean. Non-complicit: revisiting Hans Asperger's career in Nazi-era Vienna. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 50, n. 7, p. 2573-2584, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-019-03981-7>

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol.22, n. 31, p.534-565, jan/dez 2022.

- GAUGLER, Trent *et al.* Most genetic risk for autism resides with common variation. **Nature genetics**, v. 46, n. 8, p. 881-885, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1038/ng.3039>
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.
- JAARSMA, Pier; WELIN, Stellan. Autism as a natural human variation: Reflections on the claims of the neurodiversity movement. **Health care analysis**, v. 20, n. 1, p. 20-30, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10728-011-0169-9>
- KANNER, Leo. Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In: ROCHA, P. S. (Org.). **Autismos**. São Paulo: Escuta, 1997, p. 111-170.
- KANNER, Leo. Follow-up study of eleven autistic children originally reported in 1943. **Journal of autism and childhood schizophrenia**, v. 1, n. 2, p. 119-145, 1971. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF01537953>
- KAPP, Steven K.; GILLESPIE-LYNCH, Kristen; SHERMAN, Lauren E.; HUTMAN, T. Deficit, difference, or both? Autism and neurodiversity. **Developmental psychology**, v. 49, n. 1, p. 59-71, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1037/a0028353>
- LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.
- MALAB, Mechelle. **Na montanha russa: vivendo a maternidade no autismo**. Belo Horizonte: Quintal edições, 2017.
- MANOUILENKO, Irina; BEJEROT, Susanne. Sukhareva: prior to Asperger and Kanner. **Nordic journal of psychiatry**, v. 69, n. 6, p. 1761-1764, 2015. DOI: <https://doi.org/10.3109/08039488.2015.1005022>
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6 ed, 1997.
- MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- McCOY, Matthew S.; LIU, Emily Y.; LUTZ, Amy S.; SISTI, Dominic. Ethical advocacy across the autism spectrum: Beyond partial representation. **The American journal of bioethics**, v. 20, n. 4, p. 13-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/15265161.2020.1730482>
- MURATORI, Filippo; CALDERONI, Sara; BIZZARI, Valeria. George Frankl: an undervalued voice in the history of autism. **European child & adolescent psychiatry**, v. 30, n. 8, p. 1273-1280. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00787-020-01622-4>
- ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. **Mana**, v. 14, p. 477-509, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200008>
- ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 67-77, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012>
- PINO, Angel. **As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**, São Paulo: Cortez, 2005.
- RATTO, Allison B. *et al.* What about the girls? Sex-based differences in autistic traits and adaptive skills. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 48, n. 5, p. 1698-1711, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-017-3413-9>

- ROBISON, John E. Kanner, Asperger, and Frankl: a third man at the genesis of the autism diagnosis. *Autism*, v. 21, n. 7, p. 862-871, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1362361316654283>
- RUNSWICK-COLE, Katherine. 'Us' and 'them': the limits and possibilities of a 'politics of neurodiversity' in neoliberal times. *Disability & society*, v. 29, n. 7, p. 1117-1129, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/09687599.2014.910107>
- SHEFFER, Edith. **Crianças de Asperger**: as origens do autismo na Viena nazista. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- SILBERMAN, Steve. **Una tribu propia**: autismo y Asperger: otras maneras de entender el mundo. Barcelona: Editora Planeta, 2016.
- SINGER, Judy. **Neurodiversity**: The birth of an idea, 2017.
- SINGER, Judy. In conversation with Judy Singer... **Autism awareness**, Australia, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://www.autismawareness.com.au/news-events/aupdate/in-conversation-with-judy-singer/>. Acesso em: 24 out. 2022.
- SOSA, Sebastián Andrés Sánchez. Paradigma de la neurodiversidad: una nueva forma de comprender el trastorno del espectro autista. **Revista de estudiantes de Terapia Ocupacional**, v. 7, n. 1, p. 19-35, 2020. Disponível em: <http://reto.ubo.cl/index.php/reto/article/view/90>. Acesso em: 24 out. 2022.
- SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2 ed, 2017.
- SSUCHAREWA, Grunia Efimovna; WOLFF, S. The first account of the syndrome Asperger described? Translation of a paper entitled "Die schizoiden Psychopathien im Kindesalter" by Dr. GE Ssucharewa; scientific assistant, which appeared in 1926 in the *Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie* 60: 235-261. **European child & adolescent psychiatry**, v. 5, n. 3, p. 119-132, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00571671>
- TAFURI, Maria Izabel. **Dos sons à palavra**: explorações sobre o tratamento psicanalítico da criança autista. Brasília: ABRAFIPP, 2003.
- TIME. Medicine: frosted children. **Time Magazine**, 26 abr. 1948. Disponível em: <http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,798484,00.html>. Acesso em: 24 out. 2022.
- TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- TUNES, Elizabeth; ABREU, Fabrício Santos Dias; RIBAS, Luana M. A revolucionária concepção de deficiência da teoria histórico-cultural de Vigotski. **Com censo**: estudos educacionais do Distrito Federal, v. 7, n. 2, p. 135-138, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/861/510>. Acesso em: 24 out. 2022.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas V**: fundamentos de defectología. Madri: Machado grupo de distribución, 2012b.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas VI**: herencia científica. Madri: Machado grupo de distribución, 2017.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas III: problemas del desarrollo de la psique.** Madri: Machado grupo de distribución, 2012a.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia.** Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Pensamiento y habla.** Benos Aires: Colihue, 2007.

VYGODSKAYA, Gita L. Vigotski e os problemas da educação especial. In: ABREU, Fabricio Santos Dias, PAOLI, Joanna de; MIRANDA, Maria Auristela Barbosa Alves de; LIMA, Maria do Socorro Martins. (Orgs.). **Diversidade e inclusão: o que a Teoria Histórico-Cultural tem a contribuir?** Curitiba: CRV, 2022, p. 33-40.

WING, Lorna; GOULD, Judith. Severe impairments of social interaction and associated abnormalities in children: Epidemiology and classification. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 9, n. 1, p. 11-29, 1979. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF01531288>

WING, Lorna. Asperger's syndrome: a clinical account. **Psychological medicine**, v. 11, n. 1, p. 115-129, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0033291700053332>

WING, Lorna. The continuum of autistic characteristics. In: SCHOPLER, Eric; MESIBOV, Gary. B. (Eds.). **Diagnosis and assessment in autism.** Boston: Springer, 1988, p. 91-110.

WING, Lorna. The autistic spectrum. **The lancet**, v. 350, n. 9093, p. 1761-1766, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(97\)09218-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(97)09218-0)

YERGEAU, Melanie. **Authoring autism: on rhetoric and neurological queerness.** Durham: Duke University Pres, 2018.

Recebido em: 25/10/2022

Aceito em: 14/11/2022

Publicado em: 22/11/2022

Total de Avaliadores: 02